



Natália Lampert Batista  
(Organizadora)

# GEOGRAFIA: DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO

 **Atena**  
Editora  
Ano 2019

**Natália Lampert Batista**

(Organizadora)

# Geografia: Desenvolvimento Científico e Tecnológico

Atena Editora  
2019

2019 by Atena Editora  
Copyright © Atena Editora  
Copyright do Texto © 2019 Os Autores  
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora  
Editora Executiva: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Antonella Carvalho de Oliveira  
Diagramação: Karine de Lima  
Edição de Arte: Lorena Prestes  
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

### **Conselho Editorial**

#### **Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### **Ciências Agrárias e Multidisciplinar**

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

#### **Ciências Biológicas e da Saúde**

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

### **Ciências Exatas e da Terra e Engenharias**

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

### **Conselho Técnico Científico**

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo  
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba  
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão  
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico  
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará  
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista  
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal  
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

<b>Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)</b>	
G345	Geografia [recurso eletrônico] : desenvolvimento científico e tecnológico / Organizadora Natália Lampert Batista. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019.  Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia. ISBN 978-85-7247-489-4 DOI 10.22533/at.ed.894191807  1. Geografia – Pesquisa – Brasil. I. Batista, Natália Lampert. CDD 910.03
<b>Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422</b>	

Atena Editora  
Ponta Grossa – Paraná - Brasil  
[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)  
contato@atenaeditora.com.br

## APRESENTAÇÃO

A Geografia é uma ciência eclética e versátil. Ela permeia diferentes campos do saber e se constitui de um objeto de estudo dinâmico e híbrido: o espaço geográfico. Para entender o espaço geográfico é necessário compreender as interfaces humanas, sociais, físicas, ambientais e políticas desta área do conhecimento, bem como se dedicar ao entendimento do seu ensino em sala de aula. O objeto de análise da Geografia é fluído e dialético e, portanto, é preciso constantemente (re)pensar seus focos de investigação e difundir novos saberes sobre essa relevante área do conhecimento.

Assim, o livro “Geografia: desenvolvimento científico e tecnológico” desponta neste cenário para contribuir, mesmo que momentaneamente, com o estado da arte da ciência geográfica, trazendo relevantes pesquisas sobre diferentes enfoques geográficos. Os primeiros capítulos do livro se vinculam, preponderantemente, com o lado humano, político e social desta ciência. Na sequência, encontram-se as temáticas mais voltadas a Geografia Física. Por fim, destacam-se os textos atrelados ao ensino de Geografia, a Educação Geográfica e a necessidade de uma educação crítica no que tange a busca por um processo de ensino-aprendizagem significativo e emancipatório.

No capítulo “Agroecologia e agricultura familiar: um caminho para o desenvolvimento rural sustentável”, Aldeane Machado Dias e Ana Carolina Silva dos Anjos discutem como a agroecologia no Brasil vem se mostrando como um caminho para transformar o rural contemporâneo. Em “Camponês e Agricultor Familiar: mesmos sujeitos?”, Rosaly Stange Azevedo e André Filipe Pereira Reid dos Santos apresentam os pontos centrais dos paradigmas sobre os quais se desenvolve o debate sobre a complexidade da questão agrária na atualidade.

Andressa Garcia Fontana, Alessandro Carvalho Miola, Ricardo Vieira da Silva e Vitor Hugo de Almeida Junior também enfocam o rural no capítulo “Análise dos condicionantes de distribuição espacial de produtores de frutas, legumes e verduras na região central do Rio Grande do Sul”, cujo objetivo foi analisar os fatores condicionantes para a distribuição de produtores de frutas, legumes e verduras a partir de uma abordagem de análise geoespacial. Já Evandro André Félix, Valéria do Ó Loiola e Célia Alves de Souza apontam que os processos de mercantilização da água se configuram por meio do estabelecimento de controle e posse dos recursos hídricos, seguido de sua valoração e comercialização por meio do capítulo “Mercantilização da água e Agronegócio, conceitos e perspectiva de inserção na bacia hidrográfica do Rio Cabaçal/MT: aspetos atuais e tendências na dinâmica socioespacial e hidrológica”.

No capítulo “O trabalho dos haitianos na agroindústria de Cascavel/PR”, Lineker Alan Gabriel Nunes e Ideni Terezinha Antonello visam investigar a inserção dos imigrantes haitianos no município de Cascavel/PR a partir da perspectiva das suas condições de trabalho. Já Adelange dos Santos Costa debate “A Reforma Trabalhista Brasileira, Neoliberalismo versus Direitos do Trabalhador”, refletindo criticamente sobre a Reforma Trabalhista Brasileira aprovada no ano de 2017.

Na sequência, Gil Carlos Silveira Porto traz “Notas sobre o planejamento urbano e regional” evidenciando algumas dimensões desse tema no Brasil. Paula Pontes Caixeta e Idelvone Mendes Ferreira, em “Complexidade entre paisagem e território no município de Catalão (GO): análise contextual”, trazem uma contextualização entre a paisagem e o território a partir da análise da legislação ambiental vigente no Plano Diretor de Catalão (GO), através de revisão teórico-conceitual. Beatriz da Silva Souza apresenta o capítulo “Perspectivas entre Geografia e Literatura: o lugar na obra ‘Casa de Pensão’ de Aluísio Azevedo” que estabelece o diálogo entre a Geografia e a Literatura com abordagens fenomenológicas e de cunho humanístico.

Sob a perspectiva da Geografia Física, Douglas Cristino Leal debate “A importância do radar meteorológico na previsão de desastres naturais”. Ademais o artigo conta com uma análise episódica que elucida uma situação de instabilidade atmosférica severa. Rubia Cristina da Silva e João Donizete Lima realizam o “Mapeamento da fragilidade ambiental na bacia hidrográfica do Rio Dourados (MG)”, destacando que a bacia possui risco forte de susceptibilidade a erosão, onde o mapeamento realizado é eficaz para a compreensão da fragilidade ambiental na medida em que considera as características topográficas e naturais como também a influência antrópica no meio ambiente. Karolina Gameiro Cota Dias e Carla Maciel Salgado apresentam “Exercícios práticos para o estudo de processos geomorfológicos” resultantes da disciplina de Geomorfologia Continental, inserida no Curso de Geografia da Universidade Federal Fluminense (UFF).

O capítulo “A formação continuada do professor de Geografia versus semana pedagógica: um processo consistente?”, de Francisco das Chagas Nascimento Ferreira, teve como objetivo a realização de uma breve revisão bibliográfica acerca da formação continuada de professores, relacionada ao contexto das semanas pedagógicas, em especial, a formação do professor de Geografia do Ensino Fundamental II. José Marcelo Soares de Oliveira, Livana Sousa Guimarães, Maria Raiane de Mesquita Gomes, Ernane Cortez Lima e José Falcão Sobrinho, no capítulo “Água para quem? Entendendo a geografia política da água”, buscam abordar o tratamento que é dado às práticas de economia de água, que visam uma melhor convivência no ambiente semiárido, desenvolvendo oficinas com alunos do Ensino Médio no município de Sobral/CE. Já Edson José do Nascimento e Adriana Castreghini de Freitas Pereira debatem a relação entre o espaço vivido dos alunos com o livro didático em “O livro didático e os conteúdos sobre a cidade no 7º ano em uso nas salas de aulas no município de Ibiporã/PR”.

No capítulo “O uso de games e filmes no ensino de Geografia: um estudo de caso com alunos do 3º ano do Ensino Médio”, David Augusto Santos e Eduardo Donizeti Giroto relatam o desenvolvimento de práticas com vistas a interpretações de filmes e jogos a partir de conceitos geográficos como território, espaço, lugar, escala. Nesta mesma linha inovadora e lúdica do ensino de Geografia, Jaqueline Daniela da Rosa discute “Os multiletramentos no estudo do município em Geografia: uma

prática interdisciplinar utilizando fotografia e escrita” que resultou na elaboração de um produto pedagógico para o ensino da Geografia com crianças, voltado principalmente ao letramento visual e digital e leitura e escrita.

Iapony Rodrigues Galvão, Dênis Vitor Batista de Brito, Jéssica Adriana de Oliveira Macedo, Mônica Gabriela Dantas de Medeiros e Wesley Anderson Pereira da Silva, no capítulo “Reflexões sobre a distribuição espacial do docente de Geografia capacitado para o ensino de libras em Carnaúba dos Dantas/RN, Jardim do Seridó/RN e Caicó/RN” buscaram compreender a distribuição de docentes de Geografia que possuem capacitação para traduzir o conhecimento geográfico para alunos surdos ou deficientes auditivos. Por fim, Maria Heloiza Bezerra da Silva debate “O ensino da matemática na educação de jovens e adultos trabalhadores rurais: a (im)possível aprendizagem para uma emancipação social crítica”. Esse capítulo tem origem nas discussões sobre Educação e Trabalho e sobre Educação Crítica associadas à busca de uma aprendizagem crítica, significativa e emancipatória.

Portanto, o livro “Geografia: desenvolvimento científico e tecnológico” apresenta diferentes perspectivas sobre o conhecimento geográfico e suas diferentes áreas de abrangência, isto é, a análise e discussão sobre o espaço geográfico, as paisagens, os lugares, as regiões e os territórios que constituem o objeto da Geografia. Essa diversidade de temáticas demonstra a versatilidade da abordagem geográfica e reúne uma série de pesquisas de qualificados profissionais da área e de ciências afins, levando-nos a (re)pensar atualidade da abordagem da Geografia na contemporaneidade.

Desejamos a todos uma ótima leitura!

Natália Lampert Batista

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
AGROECOLOGIA E AGRICULTURA FAMILIAR: UM CAMINHO PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL	
Aldeane Machado Dias Ana Carolina Silva Dos Anjos	
<b>DOI 10.22533/at.ed.8941918071</b>	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>8</b>
CAMPONÊS E AGRICULTOR FAMILIAR: MESMOS SUJEITOS?	
Rosaly Stange Azevedo André Filipe Pereira Reid dos Santos	
<b>DOI 10.22533/at.ed.8941918072</b>	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>22</b>
ANÁLISE DOS CONDICIONANTES DE DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DE PRODUTORES DE FRUTAS, LEGUMES E VERDURAS NA REGIÃO CENTRAL DO RIO GRANDE DO SUL	
Andressa Garcia Fontana Alessandro Carvalho Miola Ricardo Vieira da Silva Vitor Hugo de Almeida Junior	
<b>DOI 10.22533/at.ed.8941918073</b>	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>41</b>
MERCANTILIZAÇÃO DA ÁGUA E AGRONEGÓCIO, CONCEITOS E PERSPECTIVA DE INSERÇÃO NA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO CABAÇAL/MT: ASPETOS ATUAIS E TENDÊNCIAS NA DINÂMICA SOCIOESPACIAL E HIDROLÓGICA	
Evandro André Félix Valéria do Ó Loiola Célia Alves de Souza	
<b>DOI 10.22533/at.ed.8941918074</b>	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>54</b>
O TRABALHO DOS HAITIANOS NA AGROINDÚSTRIA DE CASCAVEL/PR	
Lineker Alan Gabriel Nunes Ideni Terezinha Antonello	
<b>DOI 10.22533/at.ed.8941918075</b>	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>65</b>
A REFORMA TRABALHISTA BRASILEIRA, NEOLIBERALISMO X DIREITOS DO TRABALHADOR	
Adelange Dos Santos Costa	
<b>DOI 10.22533/at.ed.8941918076</b>	
<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>74</b>
NOTAS SOBRE O PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL	
Gil Carlos Silveira Porto	
<b>DOI 10.22533/at.ed.8941918077</b>	

<b>CAPÍTULO 8</b> .....	<b>78</b>
COMPLEXIDADE ENTRE PAISAGEM E TERRITÓRIO NO MUNICÍPIO DE CATALÃO (GO): ANÁLISE CONTEXTUAL	
Paula Pontes Caixeta Idelvone Mendes Ferreira	
<b>DOI 10.22533/at.ed.8941918078</b>	
<b>CAPÍTULO 9</b> .....	<b>91</b>
PERSPECTIVAS ENTRE GEOGRAFIA E LITERATURA: O LUGAR NA OBRA “CASA DE PENSÃO” DE ALUÍSIO AZEVEDO	
Beatriz da Silva Souza	
<b>DOI 10.22533/at.ed.8941918079</b>	
<b>CAPÍTULO 10</b> .....	<b>102</b>
A IMPORTÂNCIA DO RADAR METEOROLÓGICO NA PREVISÃO DE DESASTRES NATURAIS	
Douglas Cristino Leal	
<b>DOI 10.22533/at.ed.89419180710</b>	
<b>CAPÍTULO 11</b> .....	<b>114</b>
MAPEAMENTO DA FRAGILIDADE AMBIENTAL NA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO DOURADOS (MG)	
Rubia Cristina da Silva João Donizete Lima	
<b>DOI 10.22533/at.ed.89419180711</b>	
<b>CAPÍTULO 12</b> .....	<b>129</b>
EXERCÍCIOS PRÁTICOS PARA O ESTUDO DE PROCESSOS GEOMORFOLÓGICOS	
Karolina Gameiro Cota Dias Carla Maciel Salgado	
<b>DOI 10.22533/at.ed.89419180712</b>	
<b>CAPÍTULO 13</b> .....	<b>135</b>
A FORMAÇÃO CONTINUADA DO PROFESSOR DE GEOGRAFIA X SEMANA PEDAGÓGICA: UM PROCESSO CONSISTENTE?	
Francisco das Chagas Nascimento Ferreira	
<b>DOI 10.22533/at.ed.89419180713</b>	
<b>CAPÍTULO 14</b> .....	<b>144</b>
ÁGUA PARA QUEM? ENTENDENDO A GEOGRAFIA POLÍTICA DA ÁGUA	
José Marcelo Soares de Oliveira Livana Sousa Guimarães Maria Raiane de Mesquita Gomes Ernane Cortez Lima José Falcão Sobrinho	
<b>DOI 10.22533/at.ed.89419180714</b>	

<b>CAPÍTULO 15</b> .....	<b>154</b>
O LIVRO DIDÁTICO E OS CONTEÚDOS SOBRE A CIDADE NO 7º ANO EM USO NAS SALAS DE AULAS NO MUNICÍPIO DE IBIPORÃ/PR	
Edson José do Nascimento Adriana Castreghini de Freitas Pereira	
<b>DOI 10.22533/at.ed.89419180715</b>	
<b>CAPÍTULO 16</b> .....	<b>164</b>
O USO DE GAMES E FILMES NO ENSINO DE GEOGRAFIA: UM ESTUDO DE CASO COM ALUNOS DO 3º ANO DO ENSINO MÉDIO	
David Augusto Santos Eduardo Donizeti Giroto	
<b>DOI 10.22533/at.ed.89419180716</b>	
<b>CAPÍTULO 17</b> .....	<b>175</b>
OS MULTILETRAMENTOS NO ESTUDO DO MUNICÍPIO EM GEOGRAFIA: UMA PRÁTICA INTERDISCIPLINAR UTILIZANDO FOTOGRAFIA E ESCRITA	
Jaqueline Daniela da Rosa	
<b>DOI 10.22533/at.ed.89419180717</b>	
<b>CAPÍTULO 18</b> .....	<b>186</b>
REFLEXÕES SOBRE A DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DO DOCENTE DE GEOGRAFIA CAPACITADO PARA O ENSINO DE LIBRAS EM CÂRNAÚBA DOS DANTAS/RN, JARDIM DO SERIDÓ/RN E CAICÓ/RN	
Iapony Rodrigues Galvão Dênis Vitor Batista de Brito Jéssica Adriana de Oliveira Macedo Mônica Gabriela Dantas de Medeiros Wesley Anderson Pereira da Silva	
<b>DOI 10.22533/at.ed.89419180718</b>	
<b>CAPÍTULO 19</b> .....	<b>194</b>
O ENSINO DA MATEMÁTICA NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS TRABALHADORES RURAIS: A (IM) POSSIVEL APRENDIZAGEM PARA UMA EMANCIPAÇÃO SOCIAL CRÍTICA	
Maria Heloiza Bezerra Da Silva	
<b>DOI 10.22533/at.ed.89419180719</b>	
<b>CAPÍTULO 20</b> .....	<b>201</b>
CARACTERIZAÇÃO PRELIMINAR SOBRE O ENVELHECIMENTO HUMANO NA CIDADE DE SENHOR DO BÔNFIGO – BA: UM OLHAR GEOGRÁFICO	
Pedro Ricardo da Cunha Nóbrega Lucas dos Santos Silva Valéria Cunha Rodrigues Érica Saane Miranda Alves	
<b>DOI 10.22533/at.ed.89419180720</b>	
<b>SOBRE A ORGANIZADORA</b> .....	<b>215</b>
<b>ÍNDICE REMISSIVO</b> .....	<b>216</b>

## A REFORMA TRABALHISTA BRASILEIRA, NEOLIBERALISMO X DIREITOS DO TRABALHADOR

**Adelange Dos Santos Costa**

Mestranda do Programa PPGFPI

adelangecosta@hotmail.com

**RESUMO:** Este artigo reflete sobre a Reforma Trabalhista Brasileira aprovada no ano de 2017, contesta a necessidade da reforma com base na perspectiva marxista. Traz o contexto histórico sobre o trabalho, o trabalho no Brasil e o cenário contemporâneo brasileiro, onde a reforma irá atingir boa parte da população adaptada ao longo do tempo ao trabalho assalariado. Faz críticas ao processo de alienação e defende o conhecimento e a luta de classe como fator preponderante na garantia dos direitos dos trabalhadores.

**PALAVRAS-CHAVE:** Trabalho - Capitalismo – Neoliberalismo – Marxismo – Reforma Trabalhista

### THE BRAZILIAN LABOR REFORM, NEOLIBERALISM X LABOR RIGHTS

**ABSTRACT:** This article reflects on the Brazilian Labor Reform approved in 2017, it challenges the need for reform based on the Marxist perspective. It brings the historical context about work, work in Brazil and the contemporary Brazilian scenario, where the reform will reach a large part of the population

adapted over time to salaried work. It criticizes the process of alienation and defends knowledge and class struggle as a preponderant factor in guaranteeing workers' rights.

**KEYWORDS:** Labor - Capitalism - Neoliberalism - Marxism - Labor Reform

### 1 | INTRODUÇÃO

A história da humanidade é marcada por diversas fases, onde a evolução na capacidade de dominação do homem sobre a natureza por meio dos instrumentos, marca de forma bem característica cada período de vida da humanidade. O trabalho é uma prática exclusiva do ser humano a partir das formas como este interage com o meio onde vive. Quanto mais o homem constrói técnicas e tecnologias, mais complexa se torna sua existência.

A função social da transformação da natureza – funda o ser humano – ganha agora uma nova qualidade. Os meios de subsistência e de produção, imprescindíveis para a reprodução de toda e qualquer sociedade, serão produzidos agora com a finalidade de enriquecer a classe dominante. O que passa, agora, a dirigir o trabalhador no processo produtivo não são mais as necessidades humanas do trabalhador – ou mesmo de qualquer pessoa humana –, mas as necessidades para acumulação da propriedade

privada da classe proprietária. LESSA (2008, p. 93)

O Brasil é um país de industrialização tardia e veio experimentar com mais intensidade os efeitos do sistema capitalista a partir do século XX, contudo, foi a partir da década de 1930 que se verificou forte tendência à concentração das atividades urbano-industriais nas cidades do Sudeste, especialmente nos centros urbanos como São Paulo e Rio de Janeiro.

A população que até então era predominantemente rural passa a se encantar pelo modelo urbano, de forma especial, pelo o trabalho assalariado proposto pela indústria em expansão, a partir desta fase, muitas pessoas começam a abandonar a vida camponesa para viverem nas áreas urbanas.

Atualmente, cerca de 85% da população brasileira vive em áreas urbanas. Essa taxa de urbanização pode ser comparada à dos países mais industrializados do mundo (Martinez, 2013. p. 145). Segundo o IBGE, A PEA – População Economicamente Ativa - em 2009 era de 10,24% na zona rural e de 51,65% na zona urbana. Esses dados revelam ainda que a população brasileira empregada nas atividades agrárias diminuiu muito ao longo das últimas décadas.

Diante dos dados apresentados é possível considerar que o nível de urbanização observado no território brasileiro requer maior número de trabalhadores assalariados, estes trabalhadores enfrentam diversos entraves no que diz respeito à valorização financeira dos seus serviços. Depois de lutas, greves e a conquista de direitos trabalhistas, o atual governo, atendendo a uma proposta neoliberal aprovou a Reforma Trabalhista, retirando direitos garantidos aos trabalhadores e possibilitando aos empresários menor compromisso com a classe trabalhadora.

Segundo Antunes (2017, apud Alves Filho) “Desde 1970, nós estamos assistindo a uma contrarrevolução burguesa muito profunda. Chegamos ao período mais destrutivo da história do capitalismo, no qual a barbárie neoliberal vem promovendo o desmonte e a privatização de tudo o que for possível”. Dessa forma, o projeto reformista do governo federal constitui um grave ataque aos direitos dos trabalhadores, ataque de retrocessos de direitos que nunca aconteceu no cenário nacional mesmo nos regimes ditatoriais, muito pelo contrário, longe de defender a ditadura, mas foi no período ditatorial de Getúlio Vargas que muitos direitos<sup>1</sup> foram garantidos aos trabalhadores.

Diante do exposto, este Artigo busca fazer um paralelo entre o mundo do trabalho com foco no Estado brasileiro, observando o modelo capitalista que se aplica e suas consequências ao trabalhador assalariado, observando o reconhecimento social e

---

1 A Consolidação das Leis do Trabalho foi um conjunto de regras criadas para proteger o trabalhador. A lei que estabelece a CLT data de 1º de maio 1943, mas as normas em favor do trabalhador começam ainda no início do governo de Getúlio Vargas, nos anos 30. Entre os direitos garantidos, estão o salário mínimo, a carteira de trabalho, a jornada de oito horas, as férias remuneradas, a previdência social e o descanso semanal. A CLT regulamentou ainda o trabalho da mulher e do menor de idade e estabeleceu a obrigatoriedade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). A assinatura da lei aconteceu no Estádio São Januário e foi marcada por muitas comemorações. Disponível em: <<http://educacao.globo.com/artigo/consolidacao-das-leis-do-trabalho-na-era-vargas.html>>. Acesso em 13.jun. 2018.

financeiro do trabalho e do trabalhador na perspectiva da reforma trabalhista aprovada pelo Presidente Michel Temer no ano de 2017.

## 2 | A NEGAÇÃO DOS DIREITOS AOS TRABALHADORES BRASILEIROS

O desenvolvimento de um país é contado atualmente pelo que esse país produz e comercializa, atualmente o Brasil não vem apresentando bons resultados nos seus índices, Alvarenga (2017) divulgou que o Brasil perdeu mais 6 posições no ranking das economias mais competitivas do mundo, caindo para a 81ª colocação em 2016 — a pior posição já atingida no ranking de competitividade elaborado desde 1997 pelo Fórum Econômico Mundial.

Diante desse cenário, há quem defenda uma Reforma Trabalhista como solução ao problema, é o que pensa Carlos Arruda, coordenador da pesquisa no Brasil. In (ALVARENGA, 2017). Segundo ele, “Se o país fizer reformas, melhorar a gestão pública, simplificar o marco regulatório, modernizar a legislação trabalhista e previdenciária, isso terá um efeito fantástico na posição do Brasil. Foi o que aconteceu com o México e está acontecendo com a Índia e a Colômbia. Esse é o para casa do passado, afirma o coordenador da pesquisa”.

É possível observar na fala do coordenador da pesquisa Carlos Arruda, uma visão neoliberal sobre a situação, o Estado precisa apresentar somente números, mesmo que para isso, muitas pessoas sofram sacrifícios, ele apresenta México, China e Índia como se fossem exemplos de sucesso a serem seguidos, porém não coloca em cheque as condições análogas ao trabalho escravo que ocorrem nestes países, onde diversas multinacionais tem se instalado considerando o baixo valor da força de trabalho dos trabalhadores e o afrouxamento das leis trabalhistas.

A Nike, grande fabricante mundial de tênis, possui, numa cidade norte-americana, 500 funcionários encarregados do design, do marketing, das operações financeiras, da organização das vendas. São funcionários de elevada qualificação, remunerados por um padrão social também elevado. Os modelos recém criados nos Estados Unidos são transmitidos via computador para uma central da Malásia. Ali se produzem os protótipos, depois entregues a várias fábricas do sudeste da Ásia, onde 15 mil assalariados, que constituem mão de obra mais barata do mundo, se encarregam finalmente, da produção material do tênis Nike. (GORENDER, 1999. p.16)

A reportagem, Brasil melhora posição em Ranking mundial do trabalho escravo, do site da Folha de São Paulo, divulgada 17 de novembro de 2014, pela jornalista Claudia Roli aponta dados do relatório da WalkFree Foundation, uma organização internacional que tem como missão acabar com a escravatura moderna:

Depois da Europa (com 1,6%), o continente americano é a região com menor prevalência de escravidão moderna, com 3,6% do total mundial ou 1,28 milhão de pessoas: homens, mulheres e crianças vítimas de exploração, sobretudo trabalhadores agrícolas. No continente, o México é o país com o maior número

absoluto de pessoas exploradas: 266.900. Em seguida estão Haiti (237.700), Brasil (155.300), Colômbia (105.400), Argentina (77.300), Venezuela (60.900) e Chile (36.900).

Entre os países que apresentam a maior proporção (prevalência) de população em condições de escravidão estão: Mauritânia (com 4%), Uzbequistão (3,97%), Haiti (2,3%), Qatar (1,36%) e Índia (1,14%). Em termos de números absolutos, a Índia continua no topo da lista com 14,29 milhões de pessoas submetidas a condição de escravidão. Em seguida estão China (3,24 milhões), Paquistão (2,06) milhões, Uzbequistão (1,2 milhões) e Rússia (1,05 milhões). Juntos, esses cinco países representam 61% da chamada “escravatura moderna mundial”, segundo a ONG, e somam quase 22 milhões de pessoas.

Diante do exposto, é possível observar que México, China e Índia, não devem servir de referência para o Brasil, tendo em vista que os números apresentados pelas suas economias, não traduzem qualidade de vida para sua população, ao mesmo tempo em que observa-se a Reforma Trabalhista como uma ameaça aos trabalhadores brasileiros, a pauperização da população e o conseqüente aumento da desigualdade social.

Neste novo contexto histórico das sociedades de classe, o trabalho ganha novas configurações, deixa de promover a subsistência das famílias e passa a considerar o sujeito trabalhador como mera força de trabalho e produção que tem como finalidade alimentar o sistema. Sobre esse aspecto Lessa (2008) compara o processo de trabalho humano, tal como o de uma besta, onde apenas nos momentos de dormir e de se alimentar é que o trabalhador pode se considerar humano.

O que se observa com frequência é o crescimento das grandes companhias multinacionais em meio à países que revelam a cada dia o aumento das desigualdades sociais. Na América Latina, no Brasil, de forma especial, observa-se associado a esse fator, grande tendência à corrupção na política, onde os grandes empresários ocupam papel central na definição dos rumos da política, assim como também influenciam nas decisões do poder legislativo.

Na última votação, para aprovação da Reforma Trabalhista brasileira, o Presidente Michel Temer, negociou pessoalmente a votação com deputados federais, o que fez alcançar maioria absoluta de votos no Congresso Nacional, obtendo 296 dos votos a favor da reforma contra 177 não favoráveis.

Aos cidadãos brasileiros, restou a indignação e a impotência diante da nova proposta imposta de forma intransigente e antidemocrática, já que os deputados federais não representaram os interesses da classe trabalhadora.

Antunes (2017, apud Alves Filho) compara a Reforma Trabalhista à “uberização” do trabalho, ou seja, não há uma segurança para o trabalhadores, o sistema fica assim: precisa, contrata, não precisa mais, dispensa, sem grandes compromissos. Essa flexibilização do trabalho agrada muitos aos empregadores, enquanto os empregados tornam-se cada vez mais desprestigiados.

Outro modelo danoso aos trabalhadores, observou Antunes (2017, apud

Alves Filho), é a terceirização, que na opinião do sociólogo representa um retorno à escravidão:

“No período da escravidão, o senhor comprava o escravo. Com a terceirização, a empresa aluga a classe trabalhadora. Nunca é demais lembrar que é através da terceirização que se burla com mais frequência os direitos trabalhistas, que se paga os menores salários e que se pratica discriminações de todas as ordens”.

Com a Reforma Trabalhista, que prevê também a redução do poder dos sindicatos, o que se teme é a maior precariedade dos direitos trabalhistas, visto que os trabalhadores estarão mais vulneráveis e conseqüentemente seus filhos também serão vitimados por esse modelo econômico escravagista, que transmite heranças da desigualdade social de geração para geração.

A atual reforma pretende, entre outros males, deixar o trabalhador compelido, de forma a pensar bem antes de lutar pelos seus direitos, pois:

O trabalhador será obrigado a comparecer às audiências na Justiça do Trabalho e, caso perca a ação, arcar com as custas do processo. Para os chamados honorários de sucumbência, devidos aos advogados da parte vencedora, quem perder a causa terá de pagar entre 5% e 15% do valor da sentença.

O trabalhador que tiver acesso à Justiça gratuita também estará sujeito ao pagamento de honorários de perícias se tiver obtido créditos em outros processos capazes de suportar a despesa. Caso contrário, a União arcará com os custos. Da mesma forma, terá de pagar os honorários da parte vencedora em caso de perda da ação.

Além disso, o advogado terá que definir exatamente o que ele está pedindo, ou seja, o valor da causa na ação.

Haverá ainda punições para quem agir com má-fé, com multa de 1% a 10% da causa, além de indenização para a parte contrária. É considerada de má-fé a pessoa que alterar a verdade dos fatos, usar o processo para objetivo ilegal, gerar resistência injustificada ao andamento do processo, entre outros.

Caso o empregado assine a rescisão contratual, fica impedido de questioná-la posteriormente na Justiça trabalhista. Além disso, fica limitado a 8 anos o prazo para andamento das ações. Se até lá a ação não tiver sido julgada ou concluída, o processo será extinto. (CAVALLINI, 2017).

Dificultar o acesso do trabalhador aos meios que lhe proporcionem a garantia dos seus direitos é algo muito perverso, frente a uma nação que vem buscando conquistá-los a troco de muitas lutas. A reforma também tende a diminuir o quadro de empregos, já que aumenta a jornada de trabalho do empregado, tornando-o mais submisso, sobrecarregado e sem nenhum tempo para lutar pelos seus direitos. O empregado, segundo o que promove a reforma, não passará de uma carcaça do tempo. “O homem vale pelo tempo em que ele produz, o tempo é tudo, o homem não é mais nada, ele é no máximo, a carcaça do tempo [...] Hora por hora, jornada por jornada”. (MÉSZÁROS, 2007 p. 43)

Pudemos observar que os argumentos a favor da reforma trabalhista não garantem benefícios aos trabalhadores brasileiros, a China e a Índia são exemplos

de países que tiveram uma boa alavancada no PIB, porém, não conseguiram garantir qualidade de vida à população e constam entre os países que apresentam altos índices de exploração e trabalho em condições precárias. No capítulo seguinte, observaremos que o reconhecimento de classe é um fator preponderante, que poderá contribuir para o processo de inalienação e luta de classe.

## 2.1 O consumo debela a luta

O atual governo brasileiro pode contar com uma grande parcela da população que não possui o espírito de luta contra os sistemas de opressão, os grandes canais de televisão aberta, pertencem a empresários que possivelmente se beneficiarão com a reforma, as centrais sindicais tem perdido sua força ao longo dos anos. Sendo assim, a população assiste neutra ao esfacelar dos seus direitos.

A juventude dança ao som do funk de Anitta<sup>2</sup>, samba no carnaval e aplaude ao sucesso do astro do futebol Neymar, enquanto enfrenta às suas duras realidades; cargas tributárias altíssimas, o Brasil é o 7º maior cobrador de imposto no ranking mundial, segundo o Fórum Econômico mundial<sup>3</sup>; péssimas condições de saúde, segurança e saneamento básico; os casos de corrupção ocupam o maior espaço do noticiário jornalístico.

Marx e Engels sustentam que a classe dominante “domina também como pensadora, como produtora de ideias e regula a produção de ideias de sua época, assim suas ideias, são ideias dominantes da época. (HARVEY 2005, p.82).

A garantia do direito a propriedade privada dos meios de produção e da força de trabalho, o cumprimento dos contratos, a proteção dos mecanismos de acumulação, a eliminação das barreiras para a mobilidade do capital e do trabalho e a estabilização do sistema monetário (Via Banco Central, por exemplo) estão todos dentro do campo de ação do Estado. Em todos esses aspectos, o Estado capitalista se torna “a forma de organização que o burguês necessariamente adota para propósitos internos e externos, para a garantia mútua das suas propriedades e dos seus interesses” (Marx e Engels, 1970:80) in (HARVEY 2005, p.84).

O sistema capitalista é tão alienante, a ponto, de fazer os seres humanos escravos, sem que estes percebam. A lógica sociometabólica leva a ideia de consumo como único e principal objetivo humano, o ser humano, torna-se refém do tempo; tempo em que produz, tempo em que consome, levando-o a se tornar nada mais que uma carcaça do tempo.

O sistema do capital está cada vez mais presente na vida dos brasileiros, um sistema que incentiva o consumo, mas não dá as condições para tal, gerando um

2 Uma das cantoras mais ouvidas na atualidade, Antes de completar suas primeiras 24 horas de lançamento mundial, sua música, “Vai Malandra” entrou na Top 50 Global do Spotify, lista das músicas mais tocadas no mundo, classificando-se na 49.ª colocação, e “Downtown” na 26.ª.[25] tornando Anitta a primeira brasileira a emplacar duas músicas dentro do Top 50 no mundo. <https://pt.wikipedia.org/wiki/Anitta>

3 Disponível em <<http://www.infomoney.com.br/minhas-financas/impuestos/noticia/5590281/brasil-maior-cobrador-imposto-ranking-mundial-argentina-primeira>>. Acesso em 27. dez. 2017.

cenário de desigualdade social e violência. De fato, para consumir, há que se ter capital, capital se adquire a partir da exploração da força de trabalho. Mas onde está o trabalho? Num país que antes de desenvolver-se, pretende adotar ideais neoliberais, onde o trabalho humano se torna cada dia mais desprezível.

Nos últimos 50 anos, as mudanças promovidas pelo processo de mundialização, crise estrutural e reestruturação produtiva do sistema do capital, sob a chamada forma “neoliberal”, com a “flexibilização” (da produção, das relações de trabalho), a “desregulamentação” (das relações comerciais e dos circuitos financeiros) e as “privatizações” (do patrimônio estatal), transferiram grande parte das riquezas públicas para o capital, destruiu as proteções comercial-alfandegárias dos Estados mais débeis e ofereceu ao capital financeiro uma enorme liberdade de movimento, propiciando, entre outras consequências, os ataques especulativos contra economias nacionais. O resultado disso, na produção, em meio ao grande avanço da ciência e da tecnologia, é uma maior descentralização dos processos produtivos, a alteração da composição orgânica do capital, poupando força de trabalho e impulsionando um desemprego estrutural. (PAULO NETTO, 2010).

No curso do desenvolvimento da humanidade, a necessidade natural progressivamente dá lugar à necessidade historicamente criada, enquanto, no devido tempo, a própria necessidade histórica se torna necessidade potencialmente desnecessária. (MÉSZÁROS, 2007 p. 51).

Eis porque, sem um rompimento consciente com o modo de controle sociometabólico do capital, o potencial emancipatório positivo de longo alcance dos intercâmbios reprodutivos globais da humanidade não pode chegar à sua fruição real. Somente o uso criativo do tempo livre pelos indivíduos sociais, em busca de objetivos livremente escolhidos por eles, pode levar a cabo, o tão necessário resultado benéfico. (MÉSZÁROS, 2007 p. 52).

O capital expropria para si o tesouro de todo conhecimento humano e, arbitrariamente, atribui legitimamente somente às suas partes possíveis de se explorar lucrativamente – ainda que de maneira mais destrutiva por seu próprio modo fetichista de reprodução. (MÉSZÁROS, 2007 p. 52).

Por ser um país de industrialização recente, boa parte dos brasileiros vieram a ter acesso a muitos bens de consumo especificamente nas últimas três décadas, encantados com novas possibilidades, vem baixando a guarda para as lutas sociais pela garantia de melhores condições de vida e de trabalho. O fascínio pela aquisição de bens de consumo tira o foco para questões como a corrupção e suas demais consequências, levando a um quadro crescente de desigualdade social e conformismo.

### 3 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A reforma trabalhista aprovada pelo Congresso Brasileiro e Sancionada pelo presidente Michel Temer em 13 de julho do ano de 2017, é um retrocesso e uma afronta à dignidade do trabalhador brasileiro. O presente artigo utiliza como base o contexto contemporâneo do Brasil, trazendo a questão da reforma como uma confirmação

do sistema neoliberal<sup>4</sup> que busca o crescimento econômico do país, mas faz vistas grossas à situação do trabalhador brasileiro, parece não haver o entendimento de que é o trabalhador com os seus direitos garantidos e com salários justos que faz o país progredir. Espera-se que o Brasil não aumente apenas o índice do PIB (Produto Interno Bruto), mas o índice de IDH que envolve, educação (alfabetização e taxa de matrícula), longevidade (esperança de vida ao nascer) e renda (PIB per capita).

A educação é uma boa forma de combate ao processo alienador do sistema capitalista, mas que fique claro, não se trata aqui do modelo de educação capitalista, individualista, mas a educação para consciência de classe, uma educação libertária, que abre mão do sucesso individual e leva o cidadão a reconhecer os seus valores e os da sua comunidade, que desperte para a consciência de classe e para a organização política, elementos indispensáveis no processo de luta e emancipação humana.

O Neoliberalismo é hoje, um fator preocupante neste país com políticas públicas cada vez mais fragilizadas e dominadas pelo capital externo, um país com forte potencial de desenvolvimento, mas que vem sendo explorado há séculos. A reforma trabalhista soa como a repercussão de um processo de escravidão que não teve fim, visto que a fragilidade no campo da educação, perpetuou uma geração de pessoas com baixo nível de formação educacional que não permite o reconhecimento do seu potencial, e diante disso, se cala por um prato de comida.

## REFERÊNCIAS

ALVARENGA, Darlan. Brasil cai para a 81ª posição em ranking de competitividade de países. Disponível em <<http://g1.globo.com/economia/noticia/2016/09/brasil-cai-para-81-posicao-em-ranking-de-competitividade-de-paises.html>>. Acesso em: 16. dez. 2017.

ALVES FILHO; Manoel, **Reforma trabalhista retrocesso ao século XIX**. disponível em <<http://www.unicamp.br/unicamp/ju/noticias/2017/06/30/reforma-trabalhista-representa-retrocesso-ao-seculo-xix>> Acesso em: 15 nov. 2017

CAVALLINI, Marta. **Reforma trabalhista é aprovada no Senado**; confira o que muda na lei. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/reforma-trabalhista-e-aprovada-no-senado-confira-o-que-muda-na-lei.ghtml>>. Acesso em. 17. dez. 2017.

GORENDER, Jacob. Globalização, mudanças tecnológicas e novos processos de trabalho e produção. In: OLIVEIRA, Flávia Arlanch Martins de. **Globalização, regionalização e nacionalismo**. São Paulo: Ed. Unesp, 1999. p. 16.

HARVEY, David. **A teoria marxista do Estado**. In: A produção capitalista do Espaço. São Paulo: Annablume, 2005. P. 77-94.

---

4 O termo “neoliberalismo” (novo liberalismo) tem uma função ideológica. O liberalismo, enquanto ideologia, é próprio de um capitalismo em estágio chamado concorrencial, pregando que o Estado não deveria intervir na economia, para que ela funcionasse bem. O chamado “neoliberalismo” recupera os pressupostos do mito liberal para um contexto de capitalismo em estágio monopolista, onde o Estado precisa ser máximo para o capital. Para Marx, o Estado sempre foi um fator determinante no sociometabolismo do capital. Mauro IASI, Mauro Luís. **Marx e a crise: os fantasmas, agora, são eles**: Disponível em: <http://ujc.org.br/wp-content/uploads/wp-post-to-pdf-enhanced-cache/1/marx-e-a-crise-os-fantasmas- agora-sao-eles.pdf>. Acesso: 15. Jul. 2016 .

INSTITUTO Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Disponível em: [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br). Acesso em: 27 ago. 2012.

LESSA, Sérgio & TONET, Ivo. **Introdução à filosofia de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. Disponível em: <http://sergiolessa.com.br/uploads/7/1/3/3/71338853/introdufilomarx.pdf>. Acesso em: 16.12.2017

MARTINEZ, Rogério. **Novo olhar: Geografia**, 2 . 1. Ed. São Paulo: FTD, 2013. P. 145.

MÉSZÁROS, Istvam. **O Desafio o Fardo do Tempo Histórico**. São Paulo: Boitempo, 2007. P. 34-62;

PAULO NETTO, José. **Uma face contemporânea da barbárie**. Disponível em < <http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/novosrumos/article/view/3436/2657>>. Acesso em 14. Jul. 2018.

ROLLI, Claudia. **Brasil melhora posição em Ranking mundial do trabalho escravo**. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2014/11/1548633-brasil-melhora-posicao-em-ranking-mundial-do-trabalho-escravo.shtml>>. Acesso em 17. dez. 2017

## **SOBRE A ORGANIZADORA**

**Natália Lampert Batista:** Graduada em Geografia (Licenciatura) pelo Centro Universitário Franciscano (2013). Mestre e Doutora em Geografia pelo Programa de Pós-graduação em Geografia (PPGGeo), da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, 2015 e 2019 respectivamente). Atualmente é Professora de Geografia (Anos Finais) na Prefeitura Municipal de Santa Maria (PMSM) e Supervisora do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), Subprojeto Geografia - UFSM. Tem interesse nas áreas de pesquisa de Ensino de Geografia; Cartografia Escolar; Educação Ambiental; Geotecnologias e Novas Tecnologias de Informação e Comunicação (NTIC) na Educação; Multiletramentos, Multimodalidade e Contemporaneidade; Formação de Professores; Educação Popular; Cartografia Geral e Temática; Geografia Urbana; Geografia Agrária; e Geografia Cultural.

## ÍNDICE REMISSIVO

### A

Agricultura familiar 8, 20  
agroecologia 5, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 21  
Água 6, 118, 125, 144, 145, 148, 149, 150, 151, 153

### C

Campesinato 8, 16, 20, 21  
Capitalismo 8, 10, 11, 12, 13, 15, 20, 65

### D

desenvolvimento sustentável 1  
Dinâmica Socioeconômica 201

### E

Educação 5, 7, 84, 142, 143, 146, 148, 149, 152, 153, 155, 162, 163, 165, 176, 178, 188, 189, 193, 194, 197, 199, 200, 215  
Emancipação 194, 200  
Envelhecimento Humano 201  
Estado 17, 27, 30, 41, 49, 50, 51, 52, 53, 58, 66, 67, 70, 72, 74, 75, 76, 80, 81, 83, 84, 85, 89, 104, 106, 107, 109, 110, 113, 119, 127, 128, 130, 145, 146, 169, 197, 198, 199, 202

### F

Fragilidade Ambiental 114, 115, 116, 119, 121, 126, 127, 128

### G

Geografia 2, 5, 6, 7, 1, 19, 20, 25, 40, 41, 52, 54, 55, 63, 64, 73, 74, 78, 81, 87, 88, 89, 91, 92, 93, 94, 95, 97, 98, 100, 101, 102, 111, 114, 129, 130, 135, 136, 137, 138, 139, 141, 142, 145, 146, 147, 148, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 168, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 184, 185, 186, 189, 190, 192, 193, 201, 205, 207, 214, 215, 216, 217, 218  
Geopolítica 145, 150, 151, 152, 164  
Georreferenciamento 22  
gestão urbana 74, 75

### H

Haiti 54, 57, 58, 60, 68

## **L**

Legislação Ambiental 78, 82

lugar 6, 3, 11, 13, 71, 76, 83, 85, 86, 87, 88, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 99, 100, 101, 137, 154, 155, 158, 159, 164, 166, 174, 176, 177, 178, 180, 181, 183, 184, 189, 199, 205, 206, 207, 208

## **M**

Migração 54, 63, 64

## **N**

Neoliberalismo 5, 65, 72

## **P**

planejamento urbano e regional 6, 74, 76

possibilidades 71, 74, 93, 95, 149, 197

## **Q**

Questão agrária 8

## **R**

Raciocínio Geográfico 164

Reforma Trabalhista 5, 65, 66, 67, 68, 69

Relação Produção-Consumo 22

Relação Rural-Urbano 22

Rio Dourados 6, 114, 115, 126, 127

## **S**

Semiárido 144

## **T**

Território 52, 78, 80, 88

Trabalhadores Rurais 19, 194

Trabalho 7, 54, 55, 59, 61, 63, 64, 65, 66, 69, 101, 194, 199, 200

Agência Brasileira do ISBN  
ISBN 978-85-7247-489-4

